

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.528.469 - SP (2019/0180116-4)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : K DA S B (MENOR)
REPR. POR : A P P DA S
ADVOGADOS : EDGAR BENEDETTI FILHO - SP370722
SAULO BONAT DE MELLO E OUTRO(S) - SP391816
AGRAVADO : LOCALFRIO S/A ARMAZÉNS GERAIS FRIGORÍFICOS
ADVOGADOS : THIAGO TESTINI DE MELLO MILLER E OUTRO(S) - SP154860
LUIS CELSO CECILIO LEITE RIBEIRO - SP173318
ALINE BAYER DA SILVA - SP330606
FERNANDA ABREU TANURE - SP327011

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECONSIDERAÇÃO.** RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CERCEAMENTO DE DEFESA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7, DO STJ. TEMA NÃO DEBATIDO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 211 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO, NOS MOLDES LEGAIS. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E NEGAR PROVIMENTO AO APELO NOBRE.

DECISÃO

K. da S. B. representado por A.P.P. da S. promoveu ação de indenização por danos morais contra LOCALFRIO S.A. ARMAZÉNS GERAIS FRIGORÍFICOS (LOCALFRIO), sob a alegação de que no dia 14/1/2016 ocorreu um incêndio de grandes proporções no terminal da LOCALFRIO, com vazamento de gases tóxicos dentre eles ácido dicloro isocianúrico de sódio acarretando danos.

Em primeira instância, o pedido foi julgado improcedente (e-STJ, fls. 369/373).

A apelação interposta por K. da S. B. não foi provida pelo TJ/SP, em acórdão assim ementado:

*APELAÇÃO - RESPONSABILIDADE CIVIL - DANOS MORAIS
- Incêndio no porto de Santos - Alegação de danos morais e
problemas de saúde sofridos em decorrência do acidente -*

*Petição inicial desprovida de qualquer prova nesse sentido, trazendo apenas noticiários em relação ao acidente - Fato incontroverso - Improcedência da ação - Inconformismo da autor - Suspeição do juiz - Alegação em fase recursal - Inadmissibilidade, visto que encerrada a prestação jurisdicional - Precedente do C. STJ - Cerceamento de defesa afastado - Desnecessidade de prova oral ou documental - Conjunto probatório amealhado suficiente para o deslinde da causa - Mero aborrecimento - Danos morais não configurados - **NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO** (e-STJ, fl. 620 - com destaque no original).*

Os embargos de declaração opostos por K. da S. B. foram rejeitados (e-STJ, fls. 807/810).

Irresignado, K da S. B. interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c* da CF, alegando violação dos arts. 355, 356, 369, 370, 319 e 361 do NCPC, 927, parágrafo único, do CC/2002, 4º e 14, § 1º da Lei nº 6.938/1981, bem como divergência jurisprudencial.

O apelo nobre não foi admitido em virtude da (1) incidência da Súmula nº 284 do STF quanto a alegada violação do art. 370 do NCPC; (2) quanto ao cerceamento de defesa, incidência da Súmula nº 7 do STJ; (3) não demonstração da vulneração dos dispositivos arrolados; (4) incidência da Súmula nº 7 do STJ; e, (5) não demonstração da similitude fática.

Seguiu-se o agravo em recurso especial em que K. da S.B., repisando os argumentos trazidos no apelo nobre alegou (1) violação dos arts. 355, 356, 369, 370, 319 e 361 do NCPC, 927, parágrafo único, do CC/2002, 4º e 14, § 1º da Lei nº 6.938/1981, bem como divergência jurisprudencial; (2) não ser necessário o reexame de provas ou fatos; (3) inaplicabilidade da Súmula nº 284 do STF no tocante à violação do art. 370 do NCPC; e, (4) necessidade de reparação integral do dano.

Em decisão monocrática da relatoria do Ministro Presidente do STJ, o recurso não foi conhecido, com amparo no art. 21-E, V, c/c 253, parágrafo único, I, do RISTJ, porque não foram atacados especificamente os fundamentos da decisão agravada.

Nas razões do presente agravo interno, K. da S. B., repisando os argumentos já trazidos, alegou (1) que não poderia impugnar violação de matéria constitucional, pois não houve tal alegação; (2) não incidência da Súmula nº 284 do STF, pois indicou expressamente o artigo de lei federal violado; (3) que foram prequestionados os arts. 355, 356, 369, 370, 319 e 361 do NCPC, 927, parágrafo único, do CC/2002, 4º e 14, § 1º da Lei nº 6.938/1981; e, (3) inaplicabilidade da Súmula nº 7 do STJ.

Houve impugnação ao recurso (e-STJ, fls. 1.043/1.055).

É o relatório.

DECIDO.

Tendo em vista as alegações trazidas no agravo interno, **reconsidero** a decisão agravada para conhecer do agravo em recurso especial e passo à nova análise do recurso especial interposto.

O recurso não comporta provimento.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

(1) Da incidência das Súmulas nº 7 do STJ.

O Tribunal de origem, com amparo no acervo fático-probatório dos autos, no que se refere ao cerceamento de defesa, responsabilidade e danos morais, julgou nos seguintes termos:

Quanto ao cerceio de defesa, não restou demonstrado qualquer prejuízo suportado pelo autor diante do julgamento antecipado da lide. Dos autos, nota-se que o autor instruiu a inicial com documentos que, ao seu ver, eram suficientes para alicerçar a procedência da demanda, mas que serviram para convencer o juiz do contrário.

O juiz é o destinatário das provas, de modo que lhe cumpre indeferir as inúteis ou protelatórias (artigo 370, caput e seu parágrafo único, do CPC). A valoração das provas foi observada conforme o material disponibilizado pelo autor e pelo réu, e não se mostrou necessária a juntada de qualquer outro documento, visto que em nada contribuiria para o deslinde da causa. Ademais, a força probante dos documentos juntados foi suficiente para o convencimento do Juízo.

[...]

Nessa esteira, observando-se a apelação, afirma o autor que é absolutamente NULA a sentença que julga improcedente a ação, se ao Autor não foi oportunizado o direito comprovar os danos sofridos e, além disso, já havia comprovado, por prova documental trazida aos autos, sua residência próxima aos fatos.

Ora, afirma o autor ser o caso de anulação da r. sentença por não lhe ter sido oportunizado a apresentação de provas

documentais, ao passo que, na seqüência afirma já ter comprovado por meio de prova documental que sua residência (assim como de muitos outros moradores que também ingressaram na justiça) era próxima aos fatos, o que gera uma contradição das alegações. Além do mais, o simples fato do autor morar próximo ao local de incêndio não gera, automaticamente, indenização por danos morais.

[...]

No caso em espécie, o apelante não anexou aos autos uma única prova, sequer indiciária, de que efetivamente sua saúde sofreu impacto considerável a partir do acidente em questão, de modo que fosse necessário acompanhamento médico, para confirmar que teria suportado os pretensos danos morais.

Ainda que seja público e notório o incêndio e o vazamento de gás tóxico, tal constatação não é hábil a estender a todo e qualquer indivíduo que se sinta lesado pelo evento o dever da causadora do dano de indenizar, sem qualquer embasamento ou comprovação que corrobore seu pleito, de modo que o episódio limitou-se ao campo do mero aborrecimento (e-STJ, fls. 622/624 - sem destaques no original).

Desse modo, para se chegar à conclusão diversa da que chegou o eg. Tribunal de origem, seria inevitável o revolvimento do arcabouço fático-probatório, procedimento sabidamente inviável na instância especial por incidir a Súmula nº 7 do STJ: A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INCÊNDIO EM ARMAZÉNS. PORTO DE SANTOS. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 83/STJ. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO ATACADO PELA AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O INCÊNDIO NOTICIADO E O DANO ALEGADO. PLEITO INDENIZATÓRIO AFASTADO. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. REQUERIMENTO DA PARTE AGRAVADA DE APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO § 4º DO ART. 1.021 DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Não caracteriza cerceamento de defesa o julgamento da demanda sem a realização de prova requerida, quando o seu destinatário entender que o feito está adequadamente instruído com provas suficientes para seu convencimento. Incidência da Súmula 83/STJ.

2. O Tribunal de Justiça delineou a controvérsia com apoio

nos elementos de fato e prova coligidos aos autos, concluindo não terem sido evidenciados nos autos os alegados prejuízos materiais e o abalo moral subjetivo, motivo pelo qual afastou o pleito indenizatório. Dessa forma, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto no enunciado sumular n. 7 desta Corte Superior.

3. A aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do desprovimento do agravo interno em votação unânime. A condenação do agravante ao pagamento da aludida multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno mostre-se manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória, o que, contudo, não se verifica na hipótese examinada.

4. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.081.882/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 27/6/2017, DJe 2/8/2017 - sem destaque no original).

(2) Da incidência das Súmulas nº 211 do STJ.

De uma simples leitura do aresto recorrido pode-se observar que o temas referentes aos arts. 319, do NCPC, 4º e 14, § 1º da Lei nº 6.938/1981, quais sejam, petição inicial, a Política Nacional do Meio Ambiente visará, sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade, não foram apreciados pelo v. acórdão recorrido, nem mesmo depois da oposição dos embargos de declaração.

Ressalte-se que a oposição dos aclaratórios não afasta a ausência de prequestionamento na hipótese em que o Tribunal de origem julgou com base em outros fundamentos.

Inafastável a incidência da Súmula nº 211 do STJ, *verbis*: *Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo.*

(3) Não comprovação da divergência jurisprudencial.

Superior Tribunal de Justiça

A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo ao agravante demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fático-jurídica entre eles, sendo necessária a realização do cotejo analítico entre os acórdãos, com o intuito de caracterizar a interpretação legal divergente, nos termos do art. 541, parágrafo único, do CPC/1973, art. 1.029, § 1º, do NCPC e art. 255 do RISTJ.

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao agravo interno para **CONHECER** do agravo em recurso especial e **NEGAR PROVIMENTO** ao apelo nobre.

MAJORO os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de K. da S. B em 5% sobre o valor da condenação, limitados a 20%, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, do NCPC, observada a suspensão da exigibilidade dos ônus sucumbenciais, a teor do art. 98, § 3º, do mesmo diploma legal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator